

Plataforma da Chapa RenovAÇÃO

I – Editorial

A história se escreve com as atitudes coletivas, com as letras da cultura, o horizonte possível, na envoltória do quadrado rasgado pelas utopias infinitas e pela dimensão das inquietudes sociais da luta dos contrários.

Àqueles que acreditam que se pode mudar uma realidade na garra do compromisso deletado pelos passos e na trilha de um projeto construído pelo coletivo Pecfaz, na concretude do possível se definido por muitos, edificado pela participação, consolidado na medida do compromisso e engajamento, estamos convidando a seguir conosco, nesta jornada de três anos, desenhado pelas condições objetivas e amoldado aos passos firmes do compromisso aqui firmado.

Face a isto, estamos apresentando um projeto de ação, sério por necessidade, firme porque diferente não podendo ser, orientador das diretrizes das ações aqui compromissadas, com a clareza para que possa nortear as decisões *à posteriori*.

A entidade sindical está consolidada por planos de lutas, diante de uma direção dinâmica, engajada e participativa.

Não há ações sem ideais, não há ideias fora da realidade histórica adstrita à conjuntura da realidade socioeconômica e política no contexto sindical.

Princípios norteiam, ações participativas constroem e designam condições favoráveis em busca dos avanços e conquistas, na medida das condições objetivas e das construídas pelo conjunto Pecfaz.

Eis nosso Projeto programático que guiará as lutas, o compromisso, as ações, e seu redesenho quando e se for necessário, colimado pelo respeito à soberania das decisões majoritárias dos filiados.

II – Conteúdo Programático da Plataforma

- Reforma estatutária;
- Estrutura da direção;
- Infraestrutura de Apoio, Comunicação, Sede;

- Pauta Reivindicatória;
- Relação com as entidades sindicais e com a base do Sindfazenda;
- Relação com a Mesa Nacional de Negociação Permanente e o Ministério da Fazenda;
- Ações parlamentares;
- Acompanhamento das Ações judiciais;
- Assistência jurídica nas seções sindicais estaduais para os filiados;
- Promover seminários e encontros;
- Atendimentos sindicais buscando a interação contínua entre o sindicato e os filiados;
- Regulamentação do Pagamento de Diárias e custeio;

III – PLATAFORMA

1. - Reforma estatutária

A reforma estatutária do sindicato é de necessidade prioritária, sem esta o sindicato não responderá plenamente diante da relação deste com os sindicalizados bem como com os embates que ocorrerão.

A assembleia Estatutária deverá ser uma das iniciantes ações do sindicato, com no mínimo até o final do primeiro trimestre do próximo mandato, devendo ser submetida à aprovação desta pelos sindicalizados.

Devendo-se garantir amplo debate das propostas das alterações no estatuto, em assembleias locais, realizadas antecipadamente nos estados e, posteriormente, afunilada pelos delegados eleitos nas AGLs em um encontro nacional, observado e aprovado o quantitativo dos participantes dentro da proporcionalidade representativa das referidas bases jurisdicionadas, a ser definido, e observado o orçamento disponível e possível no momento da realização, entretanto com aprovação da direção e dos Representantes Regionais

2. - Estrutura da Direção

A direção deve ser reestruturada objetivando a ser mais dinâmica, não burocrática, participativa, representativa, transformando as relações do poder da direção, de forma a ser buscada a não concentração de poder, com decisões da direção de forma permanente pautada no debate e participação dos seus integrantes, orientadas as ações para práticas da organização interna de forma democrática bem como às relativas às representações estaduais e às instâncias deliberativas coletivas.

Nestas diretrizes se devendo pautar para reestruturar cargos, atribuições e os atos internos da direção e externos frente aos demais da estrutura decisória sindical e a sua base, por conseguinte se devendo compor em direção colegiada com revisão em todos os cargos, de maneira a se ter uma estrutura visando valorizar sempre o trabalho coletivo e participativo, dando ênfase a elementos como: planejamento, organização, direção e avaliação permanente das ações decisórias e executivas, além da busca em que suplentes também possam participar e de ser integrado para, quando for atuar, não se der de forma descontinuada ou a menor.

Estrutura da direção a ser discutida na Assembleia Estatutária e do posterior inserção no referido estatuto:

Direção Nacional: Secretário Geral e Adjunto, Departamento de Finanças e Adjuntos, Departamento de Comunicação e Jornalismo e Adjuntos, Departamento Jurídico Nacional e Estadual, ambos com seus Adjuntos, Departamento de Política Sindical e Formação, Departamentos de Assuntos Parlamentares, Institucionais e de Relações Sindicais, Departamento dos Aposentados Pensionistas e Portadores de Deficiências, Departamentos das Secretarias e órgãos do Ministério da Fazenda. Conselho Fiscal e de Orçamento

Direções Regionais: Seção dos órgãos com no mínimo um membro e máximo em três, Seção Jurídica interativa com o departamento jurídico nacional, Seção de Comunicação e jornalismo, Seção de Assuntos Parlamentares, Relações sindicais e de formação, Seção de Finanças e Seção de Aposentados, Pensionistas, Portadores de deficiência

As atribuições, funções e atividades devidas para cada sistema da direção deverá constar no Estatuto a ser discutido e aprovado

3. - Infraestrutura de apoio, comunicação e Sede

Uma entidade sindical como todos os organismos de atividades coletivas há que se ter a infraestrutura logística de apoio e de operacionalização.

Elaborar planejamento para compra das ferramentas imprescindíveis de apoio ao movimento e das lutas depreendidas, de forma a dar apoio nas atividades de grande e de médio porte como compra de barraca, carro de som, elaboração estratégica para ser

planejada a compra da sede do sindicato com espaço destinado a abrigar os sindicalizados em trânsito, biblioteca, equipamentos necessários as manifestações.

4. – Pauta Reivindicatória

As lutas devem ter um planejamento tático-estratégico continuado e atualizado, com incessante interação com todos os sindicalizados de todos os estados.

A Pauta reivindicatória geral e específica deverá estar sempre alinhada com as lutas das bases regionais, em que se destaca:

- Reconhecimento e Valorização do Pecfaz;
- Reestruturação do Pecfaz;
- Carreira Específica da RFB;
- Equalização das Tabelas Remuneratórias – Pecfaz e Analista Tributário;
- Equalização do percentual das progressões;
- Gratificação de Qualificação: graduação, especialização, mestrado e doutorado;
- Gratificação de chefias destinadas em quantitativo para especificamente serem desempenhadas pelos cargos do Pecfaz;
- Bônus de Atividades de Metas;
- Ascensão Funcional, Remoção de cargos com critérios transparentes;
- Data-base para reajuste salarial com garantia da reposição das perdas por inflação no mínimo;
- Direito à greve sem retaliações;
- Plano de Capacitação com bolsas de estudo;
- Plano de saúde;
- Debate com os gestores do Ministério da Fazenda para combate ao Assédio Moral;
- Participação nas discussões de planos de gestão que afete a realidade de trabalho dos servidores do Pecfaz de forma que a gestão publica adote comitês com integrantes representativos dos servidores Pecfaz;
- Indenização de Fronteira;
- Propiciar o debate pelo retorno da ascensão funcional;
- Propiciar Encontros Nacionais em período a ser definido no estatuto;
- Não descontar contribuição sindical sobre o 13º salário;
- Seminários de formação sindical para subsidiar representantes;
- Debate sobre lutas sindicais nacionais que afetem a vida dos filiados.

5. - Relação com as entidades sindicais e com a base do Sindfazenda

As entidades sindicais têm atuação nos movimentos pautando-se nas suas concepções filosóficas que consignam as lutas e suas inserções nos movimentos sociais e definem, portanto, as pautas reivindicatórias e suas formas de enfrentamento e de suas diretrizes de ação e de direção, em que se fortalecem no confronto com as metodologias e decisões políticas, cuja prática não devendo ser do sectarismo, da blindagem, da falta de solidariedade e respeito mútuo.

Necessário se torna buscar continuamente desenvolver formação sindical para propiciar o crescimento e aprendizado dos que iniciam e até daqueles que sabem ser eternos aprendizes, assim melhorando a inserção e compreensão do seu papel e do papel histórico dos sindicatos, suas inter-relações nacionais, locais e mundiais quando **couber**.

O Atendimento sindical às bases é de extrema importância, que, com o auxílio dos Representantes Regionais e filiados, pode-se buscar conscientizar e fazer dar cumprimento por parte da Administração das normas de saúde, segurança e meio ambiente do trabalho, nos termos expostos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

Buscar subsidiar sempre aos servidores do Pecfaz, portadores de necessidades especiais (PNE's), quanto à aquisição de direitos inerentes a facilitação e adequação ao ambiente de trabalho a necessidade específica da pessoa, direitos estes não informados pela Administração;

6. – Relação com a Mesa Nacional de Negociação Permanente e o Ministério da Fazenda

Quanto aos critérios de participação nas negociações junto à Mesa Nacional de Negociação Permanente da SEGRT/MPOG, deve-se buscar a ampliação participativa dos Representantes Regionais, intentando buscar a formação política e suas nuances nesta área de atuação, obter-se, por conseguinte, a tão ausente agilidade nas negociações, além da reformulação do Regimento da MNNP, para que se garanta a mais ampla representatividade nas discussões, para tal, interagir com outras entidades sindicais de forma a potencializar as chances e viabilizar a concretização dessa reivindicação por parte dos gestores.

As representações do Sindfazenda deverá sempre buscar a contemplar quantitativamente o máximo possível dos representantes regionais de todos os estados, adotando-se a rotatividade, em que, apenas se repetirá na sequência após o último ser contemplado.

As participações negociais retro citadas, junto ao governo, é um rico aprendizado, contribui para a formação dos quadros do sindicato, cujo crescimento dos integrantes, fortalece aos mesmos, e, portanto à entidade sindical, além de se praticar descentralizações e homogeneização da formação e aprendizado.

7. - Ações Parlamentares

Ao departamento designado às atividades junto ao parlamento e às instituições deve está no compasso da dinâmica das demandas suscitadas pelas pautas reivindicatórias e às lutas surgidas pelas necessidades dos movimentos.

O apoio e recursos financeiros destinados ao desenvolvimento destas atividades deverão ter um planejamento orçamentário anual.

As atividades sindicais frente a busca de apoio no Congresso deve seguir as demandas efetivas desenhadas pela luta reivindicatória, com objetividade e planejamento.

Houve construção anterior de uma Frente Parlamentar a qual teve um papel incisivo em inserção na Câmara de deputados com disseminação das pautas reivindicatórias do Sindfazenda e de sindicatos aliados, fazendo um trabalho de divulgação e de fortalecimento junto ao parlamento diante das questões correlacionadas às temáticas legislativas.

Essa Frente deve-se fomentar seu retorno, resgatando-a e concomitantemente suscitar a reconstrução da base de atuação na mesma, qual sendo a frente sindical consignada para atuar na referida Frente Parlamentar, consoante ao que se praticava anteriormente e que foi perdido.

8. - Acompanhamento das Ações judiciais

As ações judiciais serão desenvolvidas junto a departamentos e seções regionais a serem constituídos e regimentalmente no estatuto quando da sua reestruturação, com apoio às causas coletivas e individuais, de cunho trabalhista e de relações devido às funções no trabalho.

O acompanhamento das ações judiciais deverá ser dado conjuntamente nas seções sindicais jurídicas em cada estado, com apoio não tão somente de movimentação dos processos, mas também se buscar fornecer seminários, palestras, cursos de formação para todos relativo a conceitos da técnica, ajudando a corroborar na atuação dos diretores quanto à compreensão mais ampla possível referente às demandas e lutas do sindicato.

9. - Assistência Jurídica nas Seções Sindicais nos estados para os filiados

A atuação nessa temática é de suma importância para os sindicalizados, que, além de comunicação informativa continuada, carece de atendimentos agendados em cada seção sindical jurídica nas diretorias estaduais, composta de diretores, estagiários e da integração com o jurídico central em Brasília.

Devendo ser ofertado assessoria às causas dos sindicalizados quanto às questões das relações de trabalho como assédio moral, movimentos grevistas, questões pertinentes aos portadores de deficiência, atos administrativos de usurpação de direitos ou de negligências, assessoria consultivas de cunho de elaboração de documentação afetas ao trabalho, dentre outras adstritas a atos jurídicos.

Visa garantir pronta assistência administrativa e jurídica aos filiados em decorrência das atividades profissionais e trabalhar para o fortalecimento da assistência jurídica individual.

10. - Promover seminários e encontros

A formação de quadros para atuação nos movimentos sindicais, deve ser contínuo, com a incrementação de valores agregadores à práxis político-sindical, sedimentando-as com conhecimento da história do sindicalismo brasileiro e de sua inserção na realidade externa, se torna premente quando se objetiva uma entidade sindical fortalecida, combativa e de engajamento.

O conhecimento é um lastro para se pautar a ação em quaisquer áreas, social, profissional, política e de cidadania, para que se tenha potencializado as chances de êxito, de planejamento, de consignação das estratégias nos objetivos e lutas reivindicatórias imediatas e em um projeto de maior alcance.

Portanto exigir ação dos dirigentes sem fomentar o estudo, uma base teórica e de conhecimento científico de escopo sociopolítico como é o conteúdo do sindicalismo é empurrar para amadorismos, espontaneísmos arriscados e propensos a exposição aos erros, caoticidade e com falta de direção consciente e responsável

11. - Atendimentos sindicais buscando a interação contínua entre o sindicato e os filiados

Interação entre as direções executivas e estaduais com a base sindical é de necessidade vital para a existência da entidade sindical, seu fortalecimento, engajamento dos filiados, coesão nacional, convencimento das lutas, compromisso, clareza nos propósitos e atuações, percepção dos valores e práticas diretrizes do programa da direção.

Destarte, não há que se aperceber uma entidade com essa envoltória de propósitos sem eficazes e efetivas ferramentas de comunicação, de disseminação do ideário de lua, sem assessoramento técnico, sem instrumentos e sem um plano que der relevância a concretização destes canais que venham a viabilizar a comunicação e a interatividade base-direção.

12. - Regulamentação do Pagamento de Diárias e custeio

Em âmbito de base estadual, criação de seções sindicais regionais, com destinação orçamentária em valores deliberados e adotados no estatuto sob as diretrizes de um planejamento anual.

Nenhum diretor será remunerado por desempenhar funções de direção, salvo o ressarcimento e custeio de despesas com passagens e estadias temporárias a serviço do sindicato.

Não sendo concebido devido ao custeio de diárias se as estadias forem intermitentes e de longa duração de forma continuada, de forma a permanências durante todo o ano e todo o período continuado do mandato.

Deverá ser rigorosa a prestação de contas e dentro dos princípios técnicos contábeis, de forma transparente, todas as despesas desenvolvidas com custeio de viagens e estadias, da direção e demais.

A prestação de contas deverá ser submetida à apreciação com amplos esclarecimentos, com a participação dos profissionais de contabilidade responsáveis pelo balanço, pelos diretores, Representantes Regionais e o Conselho Fiscal.

IV – Conclusão

Não se pode conceber uma entidade sindical que não elabore planejamento estratégico, que não conduza a entidade nos seus planos de lutas sem se ter comprometido com a participação, com a integração, com a seriedade do custeio às atividades dos movimentos reivindicatórios e de infraestrutura e sem busque se engajar de corpo e mente nessa realidade.

A realidade de um sindicato é social, é político, pois economicamente inserido na realidade de embate entre poder instituído e suas respectivas relações de trabalho historicamente sedimentadas, estas assentadas na clara e frequente usurpação de direitos e sua perpétua busca de minimização pelo poder, bem como frente a sempre e constante subjugação aos seus interesses.

Destas contradições há o condão a se levar, enquanto categoria, aos embates com o poder instituído engendrando a necessidade em se organizar nas entidades sindicais, os quais sendo os instrumentalizador das atividades e de sua fomentação de estratégias, das ferramentas organizativas e de diretrizes axiológicas como meios potencializadores das ações e reações do coletivo, daí a necessária regimentação do fortalecimento do ente sindical ao qual estamos ligado.

Para tal, propomos esse projeto de ação para um mandato de três anos, com planejamento tático-estratégico quer seja da pauta reivindicatória enquanto um plano de lutas quer seja da reestruturação do Sindfazenda, na sua formatação interna quer dos seus meios de atuação decisório-deliberativa.

Assim se buscará arregimentar o sindicato com estruturas sólidas das suas deliberativas instâncias centralizadas e descentralizadas, bem como construção do projeto e sua aprovação das regras a serem seguidas mediante um Estatuto que urgentemente carece de reforma e que assim, possa realmente ser um meio balizador das ações sem causar conflitos, pelo contrário vindo a ajudar dirimir as dúvidas e pacificar os encaminhamentos.

Este sendo o instrumento balizador das ações estratégicas e táticas para o mandato de três anos enquanto direção e da correlação direção x base.



**ELEIÇÃO DO SINDFAZENDA
TRIÊNIO 2017/2020**

Diretoria Executiva Nacional – DEN e Conselho Fiscal Nacional - CFN

Chapa: RenovAÇÃO

INTEGRANTES DEN – TITULAR

01 – Presidente:

Almira Mary Cordeiro de Araujo

02 – Vice Presidente:

José Orlando Carvalho Lima

03 – Secretário Geral:

Auderi Raimundo de Sousa

04 – Diretor de Administração e Finanças:

Marconi de Sousa Araruna

05 – Diretor de Assuntos Parlamentares:

Nicilene Maria Costa Ribeiro Freire

06 – Diretor de Assuntos Jurídicos:

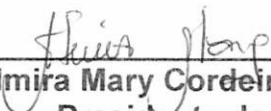
André Sousa do Carmo

07 – Diretor de Aposentados e Pensionistas:

Maria Celia Monteiro Gomes

08 – Diretor de Formação Sindical:

Lyssandra Karoline Pereira Fonseca



Almira Mary Cordeiro de Araujo
Presidente da chapa
CPF:441.648.584-00

INTEGRANTES DEN – SUPLENTES

01 –

Mauro Costa Neves

02 –

Bruno Luiz de Assis Pio

03 –

Antonio Paulo de Souza Silveira

04 –

Francisco de Assis dos Santos

05 –

Aluizio Nunes da Costa

06 -

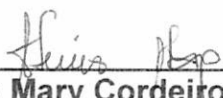
Tiago Barboza Silva

07 –

Maria Rosilene Barbosa Souto

08 –

Cláudia Dolores Rosa


Almira Mary Cordeiro de Araujo
Presidente da chapa
CPF:441.648.584-00

INTEGRANTES DO CFN – TITULAR

PRIMEIRO MEMBRO

Sonia Maria Cavalcante da Silveira

SEGUNDO MEMBRO

Rafael de Moraes Pereira

TECEIRO MEMBRO

Maria Dolores Filgueira Piancó

SUPLENTE DO CFN

PRIMEIRO SUPLENTE

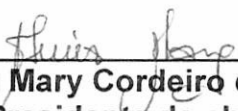
Helena Rita Rodrigues Cavalcante

SEGUNDO SUPLENTE

Gilda Tavares Costa Petrillo

TERCEIRO SUPLENTE

Rita de Cássia Gomes Vieira


Almira Mary Cordeiro de Araujo
Presidente da chapa
CPF:441.648.584-00